

DEFESA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO: DIÁLOGOS ENTRE O SIGNIFICADO DE “AUTONOMIA” EM HÉLIO JAGUARIBE E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Pedro Nogueira da Gama Correio¹

Introdução

Segundo Ferrater Mora, no vocabulário filosófico, o termo “autonomia” é empregado geralmente de duas formas. Primeiramente, há o significado ontológico, no qual se parte do princípio de que certos âmbitos da realidade são independentes, regidos por um conjunto de regras e leis distintas. A autonomia não implica que determinado âmbito não seja regido pelas regras e leis de outro âmbito, total ou parcialmente. Há também o significado ético. Afirma-se, por exemplo, que uma lei moral é autônoma quando seu fundamento se encontra em si mesma, sendo a razão própria de sua legalidade. Em outras palavras, está relacionada à condição da vontade humana de se autodeterminar, segundo regras ou leis morais definidas pelo próprio homem, sendo livre de influências estranhas ou exógenas que o submetam (Mora 2001, 234-235).

De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a palavra “autonomia” é polissêmica e apresenta diferentes significados. Diz respeito à capacidade do homem de se autogovernar. Em seu sentido jurídico, relaciona-se com o direito de um indivíduo tomar decisões livremente ou ainda de uma instituição determinar as regras de sua conduta, sem que haja restrições ou imposições externas. Nos campos do Direito Internacional e das Relações Internacionais, relaciona-se ao direito reconhecido a um país de se guiar e agir segundo suas próprias leis. Sobre esse último significado, é perceptível a proximidade inevitável com o conceito de “soberania” (Houaiss 2004, 351).

¹ Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador de pós-doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Brasil.

Em seus abundantes estudos sobre o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, as relações internacionais contemporâneas e os assuntos de segurança e defesa nacional, o cientista político e sociólogo Hélio Jaguaribe apresentou diversas reflexões sobre o problema da “autonomia” do Brasil uma vez que integra um sistema mundial de Estados e por se inserir no interior do sistema econômico capitalista.

Há uma escassez de pesquisas mais profundas no Brasil com temática semelhante sobre o cientista político dentro do campo dos estudos de Defesa. Seguramente nota-se que os estudos a partir da obra de Jaguaribe têm focado, em boa medida, a análise de sua produção do ISEB, sendo concentrados no campo da Política e da Economia, particularmente no tocante ao Desenvolvimento Econômico. É pertinente, por conseguinte, lançar um olhar sobre a obra intelectual de um “intérprete do Brasil” relevante como Jaguaribe que trata de questões que interrelacionam Desenvolvimento e Defesa Nacional.

Quais seriam os significados atribuídos por Jaguaribe para “autonomia” do Brasil? E em que medida suas ideias sobre “autonomia” dialogam com as principais políticas públicas relacionadas ao tema da defesa, formuladas no Brasil nas últimas décadas: a Política Nacional de Defesa e, em especial, a Estratégia Nacional de Defesa em suas diferentes versões?

Hélio Jaguaribe: Apontamentos Biográficos

Hélio Jaguaribe Gomes de Matos (Paiva 2010) nasceu no dia 23 de abril de 1923 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e faleceu no dia 09 de setembro de 2018 no Rio de Janeiro, aos 95 anos. Seus pais foram Francisco Jaguaribe de Matos e Francelina Santos Jaguaribe de Matos. Hélio Jaguaribe foi aluno do colégio Santo Inácio e graduou-se em Direito pela PUC, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1946. Em seguida, ele trabalhou no escritório de advocacia de San Tiago Dantas. Posteriormente, junto com Reynaldo Reis, abriu seu próprio escritório de advocacia.

Seu ecletismo intelectual, marca de sua trajetória, se revelou desde cedo. Tornou-se responsável pelo suplemento de cultura “A Quinta Página”, do *Jornal do Comércio*, em 1949, criado com o apoio do poeta modernista Augusto Frederico Schmidt. Esse importante meio jornalístico propiciou visibilidade a diversas análises sobre a cultura brasileira, formulada por um conjunto de intelectuais como Israel Klabin, Oscar Lorenzo Fernandez, Jorge Serpa Filho, Roland Corbisier, entre outros. Entre os temas abordados por Jaguaribe em seus artigos, deve-se destacar o fascismo, a política de clientela

e a política ideológica.

A partir de 1952, Jaguaribe e outros intelectuais, residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, passaram a se encontrar no último fim-de-semana de cada mês no Parque Nacional de Itatiaia. Em um espaço cedido pelo Ministério da Agricultura, esse seleto grupo se reunia com o intuito de examinar e refletir sobre questões e problemas que a sociedade brasileira deveria se debruçar a fim de superar o subdesenvolvimento. O “grupo de Itatiaia”, como ficou conhecido, em suas cinco reuniões, contou com a presença, além do próprio Jaguaribe, de pensadores como Cândido Mendes de Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Oscar Lorenzo Fernandez, Inácio Rangel, Israel Klabin, Rômulo Almeida, Heitor Lima Rocha, Evaldo Correia Lima e Ottolmy da Costa Strauch, provenientes do Rio de Janeiro, além de Roland Corbisier, Vicente Ferreira da Silva, Ângelo Simões de Arruda, Almeida Sales, Paulo Edmur de Sousa Queiroz e Miguel Reale, residentes em São Paulo, entre outros.

Em 1953, parte do “grupo de Itatiaia”, particularmente aqueles que residiam no Rio de Janeiro, junto com Roland Corbisier, que se mudou para a capital federal em 1954, foi responsável por organizar e fundar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Jaguaribe foi seu secretário-geral. Através de autofinanciamento, em 1953 e nos três anos seguintes, o IBESP publicou cinco edições dos chamados “Cadernos do Nosso Tempo”, uma revista que reunia ensaios sobre sociedade e economia. Seus ensaios resumiam as ideias principais do IBESP e apontavam para a necessidade de reformas estruturantes do Estado brasileiro. Entre os artigos de Jaguaribe, deve-se destacar *A crise brasileira*, publicado em outubro / dezembro de 1953, e *Para uma política nacional de desenvolvimento*, presente na última edição da revista, em janeiro / março de 1956.

Os membros do IBESP almejavam ter influência sobre as decisões governamentais no tocante ao desenvolvimento. Assim, decidiram ampliar sua ação. Contando com a crucial contribuição do educador Anísio Teixeira que, em 1955, cumpria um papel significativo no Ministério da Educação, foi estabelecido nesse ministério, por decreto do governo Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Apesar de formalmente vinculado, o ISEB não sofreu interferências diretas do ministro, à época, Cândido Mota Filho. Para concretizar suas ideias, uma das principais iniciativas do ISEB foi instituir um curso regular, voltado em especial para indicados pelos órgãos do serviço público, compreendendo temas de economia, política, sociologia, filosofia e história, com a duração de um ano letivo.

Contando com um conselho consultivo, um conselho curador e os departamentos de economia, filosofia, história e sociologia e ciência política, sendo o último departamento chefiado por Jaguaribe, o ISEB organizou

publicações, conferências e cursos ministrados por seus membros, como o próprio Jaguaribe, Corbisier, Evaldo Correia Lima, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes de Almeida e Alberto Guerreiro Ramos, além de outros intelectuais em sintonia com suas ideias e reflexões, como Nelson Werneck Sodré e Celso Furtado. Dessa forma, o ISEB se consolidou como um dos mais relevantes centros de pensamento e debate sobre questões relacionadas ao nacionalismo, o desenvolvimento e a industrialização. Desses debates, nasceu um conceito fundamental, o “nacional-desenvolvimentismo”.

Cabe enfatizar que, sendo uma instituição cultural criada em 1955 como um órgão do Ministério da Educação e Cultura, o ISEB (Abreu 2010) se destinou ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, tendo como ideia basilar a compreensão e a análise crítica da realidade brasileira e a elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional, entendido como a superação do país de sua condição colonial e subdesenvolvida, alcançável somente através de uma industrialização autônoma e crescente. Segundo a ideologia do ISEB, a política de desenvolvimento deveria ser nacionalista, única capaz de conduzir à emancipação e à soberania, e apoiada pela burguesia industrial nacional, pelo proletariado, pelos grupos técnicos e administrativos e pelos intelectuais, em oposição à burguesia latifundiária mercantil e à ampla parcela da classe média “parasitária”.

Segundo o próprio Jaguaribe, em entrevista ao programa “Memória política” da TV Câmara (2020), realizada no dia 13 de maio de 2003, a “alma” do ISEB foi seu conjunto de estudos para formar um olhar industrializante. O desenvolvimento industrial nacional deveria contar com uma virtuosa “aliança entre a burguesia industrial, o proletariado urbano e a classe média técnica”. Nessa entrevista, Jaguaribe descreve uma oposição entre as classes sociais, mas não no tradicional sentido “burguesia versus trabalhadores”. A clivagem era de outra natureza: “classe média técnica versus classe média clientelista; burguesia industrial versus burguesia mercantil; proletariado industrial versus campesinato domesticado pelo latifúndio”. Descrita de outra forma, havia uma divisão na sociedade entre “atraso” e “modernidade” (Câmara dos Deputados 2020).

Ao publicar *O nacionalismo na atualidade brasileira*, ao final de 1958, Jaguaribe acaba por precipitar uma crise no interior do ISEB. Nesse livro, Jaguaribe se mostrava avesso ao que considerava um radicalismo de posicionamentos que se apropriavam do nacionalismo e o tornavam simbolicamente contrário a participação de capitais estrangeiros na dinâmica do desenvolvimento brasileiro. A crítica ao livro não se originou no ISEB, mas de movimentos capitaneados por jornais e pela União Nacional dos

Estudantes (UNE). Esses movimentos objetavam a análise de Jaguaribe à política do petróleo e da petroquímica e seu alinhamento a favor da exploração do setor pelo capital privado. Segundo Jaguaribe, esses investimentos externos permitiriam superar o problema da precariedade técnica e de capital, mostrando-se, portanto, úteis e proveitosos. Sustentando seu argumento em defesa das empresas privadas, havia a tese na qual o Estado brasileiro era incapaz, do ponto de vista gerencial, devido ao seu caráter clientelista e cartorial, fruto do subdesenvolvimento.

O debate culminou em uma crise interna que basicamente evidenciava a disputa sobre o real propósito do ISEB. Após mudanças na estrutura do instituto e a constatação de que tais alterações lhe eram desfavoráveis, em 1959, Jaguaribe decidiu por se afastar do ISEB.

Entre 1959 e 1964, Jaguaribe atuou como empresário, expandindo a Companhia Ferro e Aço de Vitória, de sua família. Com o início do regime militar em março de 1964, ele condenou a derrubada do Presidente João Goulart, renunciou à presidência da siderúrgica e deixou o país, indo lecionar sociologia nos Estados Unidos. Foi professor na Universidade de Harvard entre os anos de 1964 e 1966, na Universidade de Stanford entre 1966 e 1967 e no Massachusetts Institute of Technology entre 1968 e 1969. Regressando ao Brasil em 1969, assumiu a Diretoria de Assuntos Internacionais nas Faculdades Integradas Cândido Mendes.

Com base em uma palestra proferida em 1973, realizada no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Jaguaribe publicou o livro *Brasil: crises e alternativas* no ano seguinte. A temática era um estudo analítico sobre a crise do populismo e o regime militar após 1964. Nesse livro, ele recuperou parte de suas ideias desenvolvimentistas.

Cabe enfatizar a antiga ideia sobre a necessidade da entrada de capitais estrangeiros. A promoção do desenvolvimento a partir de um empreendimento majoritariamente estatal não teria sido possível devido à ausência de condições dos governos populistas entre os anos 1940 e 1960, tendo como consequência a crise que afetou o Brasil nos anos 1960. Seguindo essa lógica, Jaguaribe ressaltava a participação do capital estrangeiro nos resultados econômicos positivos do regime militar.

Jaguaribe coordenou um projeto em 1985, sob encomenda do governo José Sarney, intitulado “Brasil 2000”. No ano seguinte, o estudo foi publicado com um novo título, *Brasil 2000: para um novo pacto social*. De acordo com o relatório feito, o Brasil se encontrava em situação semelhante a dos países africanos e asiáticos em relação às condições de bem-estar social, independentemente de ocupar a posição de oitava economia mundial. Por exemplo, 65% da população brasileira passavam fome, vivendo precariamente.

Além do diagnóstico, o estudo tinha um caráter propositivo, ao estabelecer uma estratégia de elevação dos padrões de vida da população ao longo de 15 anos de forma a atingir patamares análogos aos da Grécia e Espanha. Essa estratégia mirava em quatro aspectos a serem atacados: produção de alimentos, geração de empregos, elevação dos salários e ampliação e agilidade dos serviços sociais.

A segunda parte do estudo foi publicada em 1988. *Brasil: reforma ou caos* mostrava um quadro perturbador para a conjuntura do país. Com base em documentos, estatísticas e comparações, o novo estudo apresentava um agravamento dos males sociais ano após ano, o que conduziria ao caos social no início dos anos 1990. Como os investimentos sociais necessários para a reversão do cenário eram considerados irrealizáveis, esse estudo prescrevia o seguinte receituário: a renegociação da dívida externa, o aumento da carga tributária e a reestruturação do Estado brasileiro.

Ao lado de André Franco Montoro, José Richa e José Serra, Jaguaribe fundou, em meados do ano de 1988, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em sua atuação partidária, cabe enfatizar a participação na campanha à Presidência da República de Mario Covas e o trabalho no diretório nacional e no comitê executivo do partido.

Um novo quadro da situação e dos problemas do Brasil, apontando uma série de alternativas e opções, foi publicado por Jaguaribe em 1989 sob o título de *Alternativas do Brasil*. Jaguaribe decide participar mais fortemente na vida política ao compor, em abril de 1992, junto com outros membros do PSDB, como Celso Lafer e Sérgio Paulo Rouanet, o segundo corpo ministerial do governo Fernando Collor de Mello. Assim, deixou os cargos partidários e assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Entretanto, com a abertura do processo de impedimento (*impeachment*) do presidente, aprovado pela Câmara dos Deputados em 29 de setembro do mesmo ano, Jaguaribe renunciou ao cargo e não mais atuou na política diretamente. Sua participação, a partir de então, passou a ser exclusivamente acadêmica.

Como exemplo de sua enorme versatilidade e cultura, Jaguaribe iniciou em 1994 um projeto de pesquisa e análise histórica. Dirigindo diversos cientistas sociais e historiadores, esse projeto foi publicado em 1999, com o título *A critical study of history*, e sua versão em português em 2001. Em linhas gerais, o trabalho envolveu uma análise crítica de dezessete civilizações, desde a antiguidade até a contemporaneidade, buscando identificar as condições de seu surgimento, apogeu e eventual declínio.

Em *Brasil: alternativas e saídas*, lançado em 2002, o cientista político apresentou reflexões sobre a nova ordem internacional e seus problemas na alvorada do novo século, os possíveis caminhos para o Brasil suplantarem suas

limitações e uma análise da América do Sul no cenário da América Latina. Em 2003, Jaguaribe transmite a decania do IEPES a Francisco Weffort e se torna decano emérito.

Segundo o próprio Jaguaribe, no artigo *Breve notícia sobre a própria obra* de 2000, o filósofo espanhol Ortega y Gasset esteve entre as principais referências intelectuais de sua formação. A obra do filósofo o levou a se interessar pelo pensamento alemão e suas reflexões desenvolvidas entre as últimas décadas do século XIX e a década de 1930.

Em seus noventa e cinco anos de vida, Hélio Jaguaribe acumulou inúmeras honrarias e premiações: doutor *honoris causa* em filosofia pela Universidade Johannes Gutenberg de Mainz na Alemanha, em 1983, por seu trabalho pelas ciências sociais e por seus estudos sobre América Latina; doutor *honoris causa* pela Universidade Federal da Paraíba, em 1992; Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, em 1996; Ordem do Mérito Cultural concedida pelo Ministério da Cultura, em 1999, por seu trabalho em prol do desenvolvimento cultural do Brasil; doutor *honoris causa* pela Universidade de Buenos Aires, em 2001; professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 2003; por fim, mas não menos importante, foi eleito para ocupar a cadeira de número 11 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Celso Furtado, em 2005.

O Conceito de “Autonomia” em Hélio Jaguaribe

Realizado na cidade chilena de Viña del Mar, entre os dias 7 e 11 de janeiro de 1979, o Seminário “América Latina e a Nova Ordem Econômica Internacional” contou com a apresentação de um estudo realizado por Hélio Jaguaribe intitulado *Autonomia periférica e hegemonia cêntrica* (Jaguaribe 1986). A publicação ocorre no mesmo ano na revista *Estudios internacionales*². Considerando algumas das referências prospectadas para os fins dessa pesquisa, é perceptível a importância desse estudo de Jaguaribe. É essencial um exame acurado do texto para uma compreensão das reflexões do cientista político sobre o tema da “autonomia”.

Para Jaguaribe, a autonomia do país está íntima e diretamente relacionada com o que ele qualifica de “técnica e empresarial”. Tal autonomia não seria vislumbrada enquanto não fosse estabelecido um planejamento central que propiciasse o rompimento com o domínio das corporações transnacionais sobre inovações tecnológicas e mercados.

2 Publicado em *Estudios internacionales*, Santiago, 12 (YC) 91-150; abril-junho, 1979.

[...] No mundo periférico contemporâneo, as condições são completamente diferentes. Por um lado, a universalização e a informação instantânea, no que se refere aos estilos de consumo dos países centrais, produzem formas imitativas incoercíveis nos países periféricos, que diminuem sua capacidade de inversão e são estimuladas a usar produtos e processos direta ou indiretamente importados. Por outro lado, o grau de controle internacional das transnacionais sobre a inovação tecnológica e os mercados torna praticamente impossível, nas sociedades abertas e não submetidas a um planejamento central imperativo, o desenvolvimento de um esforço nacional em prol da autonomia técnica e empresarial (Jaguaribe 1986, 44-45).

Mas esse esforço não seria suficiente. Enquanto as elites e as classes médias dos países periféricos espelhassem suas expectativas e hábitos de consumo nos países centrais, fração significativa da renda nacional, em um ambiente de pobreza geral interna, permaneceria sendo absorvida, não permitindo condições internas para um efeito multiplicador abarcando o desenvolvimento e o êxito técnico, acadêmico, empresarial e industrial em prol da “autonomia”.

A essas dificuldades psicossomáticas, políticas e técnico-econômicas, soma-se um extraordinário incremento dos níveis mínimos de massa críticas para uma bem-sucedida emancipação técnica e empresarial. A ordem de grandeza dos mercados internos, para compensar o controle internacional de fabricantes e de mercado, exercido pelas empresas transnacionais, assume proporções semicontinentais, ou requer mecanismos integrativos de extraordinária eficiência e alto grau de consensualidade. [...] Todas essas condições são quase impossíveis de reunir e manter vigentes por um período suficientemente extenso. Inclusive em países como Brasil e México, onde as dimensões nacionais permitiriam tal esforço, as condições sociais, econômicas e políticas não conduzem a uma relação adequada entre as elites e as massas para induzir e sustentar suficientes motivações para a autonomização técnica e empresarial. As elites e as classes médias, para manter suas expectativas de consumo nas condições gerais de pobreza existentes, absorvem proporções desmesuradas da renda nacional, impondo às massas, com apoio de meios coercitivos, padrões miseráveis de sobrevivência. Assim, não são geradas relações de complementaridade que induzam à autonomização técnica e empresarial, mas ocorre o oposto, condições internas que incrementam a dependência técnica e empresarial e, através destas, a dependência internacional (Jaguaribe 1986, 45).

Na visão do cientista político, os estados nacionais modernos são uma

inovação a partir do arranjo virtuoso envolvendo três aspectos fundamentais: o fundo histórico-cultural comum, assentado em uma base técnica comum, que não é detalhada por Jaguaribe, e uma relação, em geral, impessoal e indireta entre seus integrantes, mas que almeja a constância e a fidelidade.

Os estados nacionais modernos constituem uma forma relativamente nova de organização da sociedade, que se diferencia de um modo geral de todos os precedentes históricos. A característica básica do Estado nacional moderno é a combinação, a partir de um fundo histórico-cultural comum, frequentemente em uma base técnica também comum, de uma inter-relação entre seus membros. Esta inter-relação deve ser de caráter impessoal e indireta, tende a ser de fato privilegiada e quase exaustiva e, axiologicamente, se postula como merecedora de suprema lealdade e dedicação (Jaguaribe 1986, 59).

De forma modelar, ele compreende que as sociedades funcionam como sistemas compostos por quatro subsistemas (participacional, cultural, econômico e político). Esses apresentam funções específicas que se relacionam entre si. Cada subsistema gera produtos que alimentam os demais subsistemas, atuando assim como insumos. Por sua vez, é alimentado por produtos específicos dos outros subsistemas. Por fim, as sociedades são limitadas política e culturalmente por seus respectivos Estados nacionais.

As características do Estado nacional, já enunciadas, constituem um decisivo fator político-cultural de enquadramento da sociedade e de seus subsistemas. A sociedade, como é amplamente reconhecido e como teve oportunidade de expor em outros trabalhos, é analiticamente um sistema de quatro subsistemas: participacional, cultural, econômico e político. Cada subsistema desempenha determinadas macro-funções: o sistema participacional produz atores, papéis e status; o cultural, crenças e símbolos; o econômico, utilidade; e o político, comandos. Analiticamente, os subsistemas mantêm entre si relações do tipo insumo-produto. O subsistema participacional recebe em troca de seus produtos (atores, papéis, status) valores integrativos, do cultural; ordem interna e defesa externa, do político; e facilidades de consumo, do econômico (Jaguaribe 1986, 60-61).

Segundo Jaguaribe, o sistema estatal mundial, ao final dos anos 1970, se encontrava dividido em dois grandes “impérios”, compostos por um conjunto de países comandados por uma das superpotências: o império norte-americano e o império soviético. Assim, as relações internacionais se

desenvolviam entre os impérios, constituindo um “sistema interimperial”, e no interior de cada império, integrando um “sistema intrainperial”.

Para o cientista político, ambos os sistemas intrainperiais se encontravam em crise, ainda que com características distintas. No caso norte-americano, a crise estava relacionada à dependência dos Estados nacionais com o “centro imperial” e aos problemas cada vez maiores para perseguir uma condição autônoma. Esses problemas eram particularmente graves para os Estados periféricos, ou seja, à margem do desenvolvimento. Tal fenômeno se originou e se acentuava devido à continuada contaminação da dinâmica entre os subsistemas internos dos Estados nacionais por insumos e produtos oriundos de outros Estados, em especial, aqueles de caráter político e cultural. O exemplo mais flagrante seria o papel das empresas transnacionais no interior dos Estados periféricos.

Entretanto, [...] acontece que estão em crise os Estados nacionais que integram o sistema intra-imperial americano (o mesmo ocorre com o soviético). Esta crise deriva basicamente das crescentes dificuldades que enfrentam atualmente esses Estados nacionais, especialmente os da periferia, para alcançar sua autonomia. [...] Fundamentalmente, este fato se relaciona com o intercâmbio de insumos e produtos entre os subsistemas da sociedade nacional. A dependência em relação ao centro imperial é particularmente assimétrica para as sociedades da periferia do sistema e afeta a interação dos seus subsistemas, porque substitui por insumos e produtos externos alguns dos insumos e produtos básicos dos subsistemas culturais e políticos de tais sociedades. A forma mais comum desse sistema patológico, no sistema intra-imperial americano, consiste na crescente importância que assume a atuação das empresas transnacionais nas sociedades dependentes do sistema (Jaguaribe 1986, 62:63).

Portanto, a questão principal envolveria o subsistema cultural. Com os setores mais dinâmicos da economia basicamente nas mãos de empresas transnacionais, os insumos científico-tecnológicos seriam provenientes do centro, provocando um enfraquecimento paulatino do subsistema cultural nacional e obrigatoriamente ameaçando a capacidade dos demais subsistemas do Estado. Ou seja, um “subdesenvolvimento” cultural geraria inexoravelmente efeitos negativos na envergadura política, econômica e social das sociedades periféricas.

Realmente, o que está em jogo é algo muito diverso, que afeta um subsistema aparentemente não muito envolvido no processo: o subsistema cultural. Na medida em que o subsistema econômico passe a ser operado, no que tem de mais dinâmico, por filiais estrangeiras ou fique sob o controle de

suas matrizes, seus insumos científico-tecnológicos passam também a vir dos países metropolitanos. Com isto, o principal insumo que o subsistema econômico de uma sociedade moderna recebe do seu subsistema cultural passa a vir do subsistema cultural de outra sociedade, que é a cêntrica. [...] Realmente, com a atrofia do seu subsistema cultural, esta sociedade começa a perder também sua capacidade para regulamentar suas funções políticas e sociais, valorativa e normativamente (Jaguaribe 1986, 63-64).

No caso das sociedades dos países centrais pertencentes ao sistema intrainperial norte-americano, uma decorrência nociva semelhante ocorreria em seu subsistema político com a perda de autonomia de sua defesa no âmbito externo, tornando-os cada vez mais dependentes do subsistema político do “centro imperial”.

Segundo esse raciocínio, haveria um conflito entre a forma estatal e seus subsistemas internos, que conformam e organizam as sociedades, e as múltiplas e intrincadas relações envolvendo os diversos subsistemas existentes no interior do sistema intrainperial.

Efeitos também patológicos, se bem que menos virulentos, incidem nas sociedades integrantes do sistema intra-imperial que conservam sua vitalidade econômica e cultural, como os países europeus afiliados à OTAN. Isto acontece quando um produto básico do seu subsistema político, tal como a defesa externa, passa a ser garantido pelo subsistema político do centro imperial. [...] A forma nacional de organização da sociedade está factual e axiologicamente orientada para acentuar a autonomia do sistema e a interdependência dos seus subsistemas. A atrofia do subsistema cultural pela perda da função de orientador científico-tecnológico, como ocorre nas sociedades periféricas, e também a atrofia do subsistema político, com a perda da sua função de defesa externa (o caso da OTAN), ou ainda, da função de sua ordenação interna, (o caso de muitos países periféricos), suscita uma crise irremediável nos Estados nacionais. A forma nacional de organização da sociedade deixa de ser compatível com as novas realidades que caracterizam as sociedades contemporâneas no subsistema imperial (Jaguaribe 1986, 64-65).

Para Jaguaribe, por um lado, a consequência mais perniciosa da perda e, no limite, do fim da autonomia de um Estado periférico seria restringir-se a um território e um mercado, definido pelo “centro imperial”, e seu esfacelamento como nação.

Essa crise, embora de forma e graus diferentes, afeta tanto as sociedades periféricas quanto as cêntricas. As periféricas, na medida em que, com a crescente e evidente inviabilidade de sua autonomia, para quase todas

as estruturas nacionais, perdem sentido e a própria sociedade deixa de existir como projeto social, reduzindo-se a um território e a um mercado, determinado de fora para dentro (Jaguaribe 1986, 65).

Por outro lado, a influência dos subsistemas externos traria ganhos às sociedades e às elites centrais.

O efeito desse tipo de crise é a perda gradual, por parte de tais sociedades, do seu sentido de projeto coletivo, transformando-as, de um processo para si, em um processo em si, sob a forma de mercado territorial, que é determinado de fora para dentro. Os efeitos correspondentes a esta deterioração da sociedade são a importação, do centro metropolitano, dos valores de legitimidade e integração, que adquirem um sentido utilitário intransitivo, a serviço das elites metropolitanas e dos seus agentes locais (Jaguaribe 1986, 66).

Em sintonia com as reflexões anteriores, Jaguaribe reforça a tese de que a perda de autonomia dos Estados e de suas sociedades de maneira a assegurar sua capacidade de defesa externa geraria incoerências. Mesmo em sociedades desenvolvidas, na aceção econômica, haveria descompassos relevantes entre o significado de um Estado do ponto de vista político-formal de sua soberania, seu papel como organizador de um espaço administrativo e econômico e seu sentido de resguardo cultural de uma coletividade.

A outra dimensão da crise dos Estados nacionais que afeta os países cênicos e, de modo acumulativo, os países dependentes da periferia, refere-se ao subsistema político em sua capacidade de garantir a defesa externa da respectiva sociedade. Para as sociedades desenvolvidas, que participam do centro econômico-cultural do sistema imperial americano, o efeito dessa crise é o estabelecimento de uma contradição entre o caráter soberano formalmente preservado pelo Estado nacional e o sentido efetivo de uma administração simplesmente regional de que se reveste tal Estado. Essas sociedades conservam sua viabilidade coletiva, como um sistema de interação humana, dotadas de cultura própria e de auto-suficiência econômica. Contudo, reduzem-se a nações somente em um sentido cultural e não mais no sentido politicamente soberano, como ocorre, em relação à Confederação Helvética, com seus cantões e suas comunidades étnico-culturais (Jaguaribe 1986, 66).

A querela entre os dois sistemas imperiais mobiliza os Estados Unidos a não apenas consolidar, mas ampliar seus recursos de poder, assim como sua envergadura política, militar, econômica, tecnológica e geopolítica. Visando

esse fim, submete a soberania dos Estados no interior de seu sistema aos seus interesses.

[...] Observa-se nesta (a dimensão intrainperial) a existência de dois tipos de limites, o primeiro dos quais é resultado da problemática interimperial e consiste na necessidade, para os Estados Unidos, de garantir para si mesmo condições que atendam aos seus imperativos de defesa externa, não apenas no sentido imediatamente militar, mas incluindo também os demais elementos essenciais para a manutenção de uma apropriada capacidade bélica, tanto em termos econômico-tecnológico, quanto geopolíticos, sociopolíticos e outros. Provém daí a necessidade de imposição, pelo sistema, às suas relações intra-imperiais, de certas restrições à soberania política dos Estados inseridos em seu âmbito (Jaguaribe 1986, 68-69).

Para Jaguaribe, a atuação norte-americana no âmbito intrainperial teria por objetivo atender às demandas de sua estrutura produtiva. Em primeiro lugar, seria preciso garantir o acesso às matérias-primas e suas fontes, assim como aos insumos fundamentais, portanto, estratégicos, com baixa disponibilidade no próprio território norte-americano. Além disso, seria necessário ter acesso facilitado aos mercados internacionais, tanto para a exportação e o escoamento da produção nacional, acumulando assim divisas, quanto para uma manutenção mínima do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico. Como consequência, a soberania dos Estados no interior do sistema imperial norte-americano também é submetida economicamente.

O segundo limite crítico dos Estados Unidos na dimensão intrainperial refere-se a suas necessidades produtivas. Os imperativos para a manutenção do sistema produtivo americano apresentam três aspectos principais. O primeiro refere-se à preservação do acesso às matérias-primas e outros insumos essenciais para a comunidade americana, que não se encontrem em quantidade suficiente no território metropolitano. O segundo refere-se aos mercados externos para os produtos americanos, tanto no sentido de garantir uma demanda complementar da doméstica, quando, sobretudo, para atender às crescentes exigências do balanço de pagamentos, no sentido de gerar capacidade suficiente de pagamento externo. O terceiro aspecto concerne ao próprio processo produtivo interno que, por motivos tanto econômicos quanto sociais e políticos, deve manter certas taxas mínimas de crescimento e preservar o dinamismo da economia, inclusive no que se refere ao desenvolvimento e à inovação tecnológica. Este segundo limite crítico nas relações intrainperiais americanas impõe, à semelhança do anterior, certas restrições, agora de ordem econômica, à soberania dos Estados pertencentes ao sistema (Jaguaribe 1986, 69).

Nesse sentido, Jaguaribe ressalta outro aspecto contraditório: se o desenvolvimento social do centro é umbilicalmente conexo, tanto do ponto de vista ético quanto ideológico, ao desenvolvimento social dos demais países, incluindo aqueles da periferia, o mecanismo que garantiria o desenvolvimento do centro e a construção de sociedades livres, democráticas e mais igualitárias acabaria por fomentar o seu oposto na periferia. Esse raciocínio, segundo o cientista político, se aplicaria de forma semelhante a uma análise interna de cada sociedade, na qual as elites são privilegiadas em detrimento da maior parcela da população.

Nenhum projeto sócio-humanista pode hoje em dia preservar sua validade e sua conseqüente capacidade de efetividade social se se restringir a minorias seletas, seja em termos de classe, dentro de uma sociedade, seja em termos de países, no âmbito internacional. Se as vantagens materiais que recolhem os países cêntricos da atual divisão desigual de oportunidades do mundo lhes facilitam os pré-requisitos econômicos necessários para a edificação de uma sociedade igualitária, livre e não repressiva, essa mesma iniquidade internacional invalida, por outro lado, ética e ideologicamente, todas as tentativas de desenvolvimento social. [...] O desenvolvimento social dos países cêntricos é inextricavelmente solidário com o desenvolvimento geral do mundo e das suas maiorias periféricas (Jaguaribe 1986, 78-79).

Haveria gradações de autonomia dos Estados integrantes do sistema intrainperial norte-americano, a depender da compatibilidade desses Estados a algumas condições. Em um primeiro grupo de condições, referente às habilidades de um Estado, haveria a viabilidade nacional e a permissibilidade internacional, condições que o sociólogo não esmiúça. Um segundo grupo se refere à capacidade de execução. São desdobradas em duas alternativas: ou uma autonomia relativa em termos técnico-empresariais internos; ou uma alternativa por meio de concessões por parte do centro, possibilitadas, em boa medida, devido a similaridades étnicas e culturais entre os países e suas sociedades.

[...] O sistema intra-imperial (americano) permite uma apreciável margem de autonomia aos países que satisfazem determinados requisitos e se relacionam econômico-culturalmente em termos compatíveis com os interesses e valores básicos do centro imperial. [...] Os requisitos para a autonomia são de duas ordens: habilitatórios e exercitatórios. Os habilitatórios encerram duas condições: (1) viabilidade nacional; (2) permissibilidade internacional. Os exercitatórios impõem uma alternativa: a) ou bem os candidatos à autonomia conseguem uma autonomia satisfatória técnico-empresarial, internamente ou b) compensatoriamente, conseguem dispor de condições favoráveis em suas relações com o centro imperial, sobretudo por identificações de ordem étnico-cultural (Jaguaribe 1986, 79).

Entretanto, para a maioria dos Estados periféricos, submetidos à lógica da influência negativa do subsistema cultural norte-americano, o acesso restrito a tais condições dificultava sobremaneira a construção de um processo de autonomia.

Dentro de uma relação centro-periferia que tende a se estruturar de acordo com o modelo culturalista, as condições de autonomia para os países periféricos tornam-se difíceis de ser alcançadas, privando a quase todos eles do acesso a tal situação. Efetivamente, somente um número muito restrito de países periféricos consegue satisfazer, em princípio, de forma acumulativa, os requisitos habilitatórios e exercitatórios a que me referi anteriormente. Não conseguem também se relacionar com o centro imperial em termos econômicos e culturais compatíveis com seus interesses e valores básicos (Jaguaribe 1986, 80-81).

Por fim, deve-se chamar a atenção para um estudo realizado por Jaguaribe sobre a crise e a guerra das Malvinas, publicado em 1985, com o título *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano*. Em que pese ter sido escrito logo após a crise das Malvinas, sob a influência das perspectivas da conjuntura histórica, há importantes reflexões do cientista político no tocante ao tema da “autonomia”, objeto de discussão do presente artigo.

O estudo foi segmentado nas seguintes partes: inicialmente, Jaguaribe realiza uma breve análise dos eventos desencadeadores; em seguida, discute as questões mais relevantes observadas a partir de seus desdobramentos no ambiente interamericano e latino-americano e em relação aos interesses e problemas da segurança nacional do Brasil. Finalmente, apresenta conclusões, em especial, no que se refere a uma nova estratégia de defesa nacional e aos requisitos indispensáveis para encurtar a situação de vulnerabilidade do país.

No item “Brasil: despreparo da defesa” da parte “Conclusões”, Jaguaribe enfatiza que, tendo em vista a necessidade de aquisição de novos e modernos equipamentos militares, se o país deveria, por princípio, privilegiar o desenvolvimento da indústria nacional para esse fim. Mas, na ausência de condições imediatas de atendimento pela produção nacional, a demanda deveria ser suprida pela importação dos equipamentos. O objetivo principal seria “assegurar credibilidade internacional ao nosso potencial defensivo”. Ainda que países como o Brasil não estivessem à altura de um enfrentamento militar com uma das superpotências, ele considera urgente não apenas garantir algum nível de autonomia para atender às condições de defesa própria, mas também buscar alianças externas na forma de um “sistema integrado de defesa da América do Sul”.

O aparelhamento da defesa brasileira, assim, é hoje sensivelmente inferior ao que as condições tecnológico-econômicas do país poderiam permitir. Daí a necessidade de uma drástica revisão de nossa política de

reaparelhamento defensivo. Importa, como corretamente o salientaram os então Ministros Maximiliano da Fonseca e Délio Jardim, orientar nossa política de reaparelhamento defensivo pelo princípio de conferir total primazia ao desenvolvimento da indústria nacional de equipamentos militares. Mas importa também, como realisticamente o admitiram as mencionadas autoridades, adquirir no exterior, enquanto não se os produza no país, os equipamentos mais sofisticados requeridos para assegurar credibilidade internacional ao nosso potencial defensivo. [...] Como consideração final sobre esse tópico, conviria salientar o fato de que, nas condições contemporâneas, e para um país como o Brasil, os requisitos de defesa própria vinculados ao propósito de assegurar um razoável nível de autonomia internacional são marcadamente independentes do conflito Leste-Oeste. Países como o Brasil, isoladamente ou no âmbito de coligações como o que poderia e deveria ser um sistema integrado de defesa da América do Sul, não se podem confrontar diretamente com as superpotências. Como já foi dito neste estudo, a tais países convém a preservação do equilíbrio estratégico entre as superpotências. Se, para a infelicidade do mundo, tal equilíbrio vier a ser rompido, o Brasil e demais países da região terão necessariamente de se alinhar com os Estados Unidos contra a União Soviética (Jaguaribe 1985, 59-60).

Considerando as reflexões de Jaguaribe, sucintamente apresentadas, cabe perguntar se preocupações dessa natureza teriam sido equacionadas e desdobradas naqueles que são os principais documentos de política pública relacionados ao tema da defesa do Brasil: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Políticas e Estratégias da Área de Defesa no Brasil

A partir de meados dos anos 1990, a área de defesa do Brasil passou a contemplar um conjunto de normas e aparatos políticos, econômicos, diplomáticos e militares, cuja definição, estruturação e operacionalização repercutiram não apenas no próprio país, mas nos demais países em seu entorno e, em sentido amplo, no sistema internacional.

Visando instituir laços de cooperação e confiança não apenas entre os Estados, externamente, mas também entre Estado e sociedade, internamente, é razoável que se encare o fluxo de informações e a transparência sobre as políticas de defesa nacional de um Estado específico como algo essencial. No Brasil, os aparatos político-discursivos predominantes cujo objetivo foi e permanece sendo apresentar, esclarecer e publicizar o ambiente de defesa nacional são a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de

Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN).

Segundo a Seção II do Capítulo II da Lei Complementar Nfl 97 de 09 de junho de 1999 e considerando as alterações dispostas na Lei Complementar Nfl 136 de 25 de agosto de 2010, o Poder Executivo tem a obrigação de conduzir ao Congresso Nacional os documentos citados para que sejam examinados. O envio dos documentos, devidamente atualizados, deve ocorrer periodicamente, de quatro em quatro anos, iniciado a partir do ano de 2012. Assim, as versões de 2016, atualmente em vigor, foram submetidas pelo Presidente da República Michel Temer à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem Nfl 2 de 2017 (Mensagem nfl 616, de 18 de novembro de 2016, na origem). No dia 14 de dezembro de 2018, o Congresso promulgou o Decreto Legislativo Nfl 179 de 2018, oficializando a atualização dos documentos. As últimas versões, que permanecem até o presente momento sob a avaliação do Congresso, foram encaminhadas pelo Executivo em 22 de julho de 2020.

Uma descrição sucinta dos documentos, ressaltando sua importância para os fins do presente artigo, é apresentada a seguir.

Originalmente, com o nome de Política de Defesa Nacional, a primeira versão foi desenvolvida no governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1996. Em suas subseqüentes atualizações, em 2005, 2012, 2016 e 2020, seu nome foi alterado para Política Nacional de Defesa, enfatizando a precedência do aspecto “nacional”. Como Política Nacional de Defesa, sua aprovação ocorreu por meio do Decreto nfl 5.484, de 30 de junho de 2005.

Trata-se de um documento que estabelece condições gerais, de alto nível, para o planejamento das ações voltadas à defesa nacional, orientadas, portanto, para as potenciais ameaças externas. Ele aponta para diretrizes e orientações para a capacitação e o emprego tanto da área militar quanto civil que compõem o “Poder Nacional”. Basicamente, determina os objetivos, chamados de “Objetivos Nacionais de Defesa” e orienta o Estado sobre o que deve ser feito para atingi-los. Na versão de 2012, logo na Introdução, percebe-se a ênfase em um pressuposto importante, considerado fundamental: “a defesa do país é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o indispensável escudo” (Brasil 2012c).

Os “Objetivos Nacionais de Defesa” são detalhados no Capítulo 6 da PND na forma de onze pontos gerais. Sua transcrição se encontra a seguir:

- i) garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- ii) defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
- iii) contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
- iv) contribuir para a estabilidade regional;
- v) contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- vi) intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos

decisórios internacionais; vii) manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; viii) conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; ix) desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; x) estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e xi) desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional. Esses itens básicos são o âmago da PND, direcionando e definindo oficialmente o que a sociedade brasileira ambiciona para a defesa nacional. Para os fins dessa pesquisa, deve-se destacar o nono item que associa desenvolvimento industrial com autonomia tecnológica sensível entre as finalidades essenciais perseguidas.

Grosso modo, se a PND estabelece “o que fazer” na área de defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, também conhecida pela sigla END, define “como fazer”. Em outras palavras, a END trata da execução sistemática e da implantação dos objetivos determinados pela PND.

A partir da criação do Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa por decreto presidencial em 06 de setembro de 2007, foi oficializada a concepção e o desenvolvimento da END e de atualização da PND de 2005. A presidência do comitê ficou sob a responsabilidade do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e sua coordenação ao Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Integram o comitê os Ministros da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Ciência e Tecnologia, além dos comandantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), assessorados por seus próprios Estados-Maiores. Adicionalmente, em seu artigo 3º, previa-se a prerrogativa do presidente do comitê convidar “especialistas ou representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como cidadãos de reconhecido saber no campo da defesa, para participar das reuniões e prestar assessoramento sobre temas específicos.” (Brasil 2007).

A necessidade de modernização dos meios e dos materiais bélicos era uma demanda antiga das Forças Armadas, segundo aponta Patrícia Capelini Borelli (Borelli in Saint-Pierre e Vitelli 2018, 377-386). Nos anos de 2006 e 2007, a conjuntura tensa foi agravada por uma enorme crise vivida pelo setor de transporte aéreo brasileiro, conhecida à época como “apagão aéreo”, refletindo o colapso do setor devido a graves falhas estruturais. A crise na aviação civil jogou luz sobre os diversos problemas no interior das Forças Armadas, como a insatisfação salarial, as longas jornadas de trabalho, entre outros. Em especial, evidenciou a falta de conhecimento dos representantes políticos com relação às questões militares. Assim, ao mesmo tempo em

que se buscou uma solução para o “caos aéreo”, a reformulação do setor de defesa entrou na agenda política. Nesse sentido, a estruturação da END e a atualização da PND podem ser entendidas como iniciativas políticas com o intuito de reformar a área de defesa, após um longo tempo carente de priorização, definições e investimentos.

De forma complementar, deve-se enfatizar a conjuntura internacional e o papel de maior relevância aspirado pelo Brasil. A coordenação brasileira da Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH) a partir de 2004 (Nações Unidas Brasil 2017), a ambição histórica de ocupar uma vaga de maneira permanente em um reformado Conselho de Segurança das Nações Unidas (Brasil 2014) e a criação em 16 de dezembro de 2008 do Conselho de Defesa Sul-Americano pelos países-membros da UNASUL (Brasil 2008b), como parte dos condicionantes necessários para promover a integração regional, são exemplos desse papel protagonista assumido pelo Brasil. Portanto, uma base industrial de defesa revigorada não apenas reduziria a dependência tecnológica do país, em especial, em relação às “tecnologias indispensáveis”, mas, principalmente, seria um instrumento crucial na atuação do país em seu novo papel internacional. No âmbito interno, a implantação de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, concentrados em Defesa Nacional, em estabelecimentos de altos estudos das Forças Armadas – o primeiro curso criado foi o Mestrado em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) em 2001 (Brasil 2016) – assim como a criação da primeira graduação no Brasil na área, o curso de bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2009 (Brasil 2008c), estavam entre as iniciativas de destaque relacionadas a então preocupação do país com as temáticas de defesa.

Aprovada em sua primeira versão pelo Decreto Nflf 6.703 de 18 de dezembro de 2008, a END foi revisada em 2012 e 2016. Conforme mencionado anteriormente, a última versão, encaminhada em 2020, se encontra submetida à avaliação do Congresso Nacional.

Na versão do documento de 2012, a END está dividida em duas partes principais: a primeira intitulada “Formulação Sistemática”, seguida por “Medidas de Implementação”. Foi criada visando promover uma atualização e modernização da estrutura de defesa do Brasil. Apresenta vinte cinco diretrizes, organizadas de acordo com três aspectos conhecidos como “eixos estruturantes”: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria nacional direcionada para os materiais e equipamentos de defesa e, por fim, a manutenção do serviço militar obrigatório.

Deve-se ressaltar o trecho “Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento” no qual se estabelece o vínculo indissociável entre essas duas políticas públicas, uma reforçando e estimulando a outra, em

sintonia com as finalidades essenciais da PND. A construção de um modelo de desenvolvimento autóctone passa obrigatoriamente pela capacidade do país em “dizer não” às pressões e ameaças externas. Assim, a “independência nacional” é o princípio fundamental a guiar ambos os projetos, de defesa e desenvolvimento, com ênfase para alcançar a “capacitação tecnológica autônoma” e o “domínio das tecnologias sensíveis”, especialmente nos setores espacial, cibernético e nuclear, qualificados na END como “estratégicos”.

O segundo eixo estruturante, “Reorganização da Base Industrial de Defesa”, busca garantir que as necessidades por produtos e equipamentos militares das Forças Armadas brasileiras tenham por base a capacitação tecnológica de domínio nacional e, de preferência, que sejam empregadas tanto no âmbito militar quanto civil, ou seja, tenham uma aplicação dual.

Um exame atento do segundo eixo permite apontar que a reestruturação da indústria brasileira de materiais e equipamentos de defesa busca “fomentar o desenvolvimento de um complexo militar-universitário-empresarial” (Brasil 2008a). Consequentemente, a promoção da pesquisa e do incremento tecnológico se associa a ideia de autonomia. Dito de forma mais explícita, a ideia essencial não se resume a suprir a demanda das Forças Armadas brasileiras apenas. A partir de recursos humanos, tecnológicos e industriais nacionais, deve ser possível construir uma conexão virtuosa entre defesa e desenvolvimento nacional. Esse aspecto é ressaltado no documento de 2008, estabelecendo uma direção modernizadora pelo incentivo à inovação, ao investimento produtivo e à autonomia tecnológica.

Conclui-se, portanto, que as ações internas relacionadas à promoção de estudos e pesquisas na área de Defesa, o reforço do vínculo positivo entre Defesa e Desenvolvimento e a busca de autonomia técnica e de pensamento estratégico pelo Brasil, como previstos na PND e na END, vão ao encontro das preocupações e dos caminhos apontados por Jaguaribe em suas reflexões analisadas nesse artigo anteriormente.

Patrícia Capelini Borelli (2018) foi responsável por escrever o verbete “Estratégia Nacional de Defesa” presente no *Dicionário de Segurança e Defesa*, publicado em 2018 e organizado por Héctor Luis Saint-Pierre e Marina Gisela Vitelli.

Indo ao encontro do que foi mencionado anteriormente, a primeira versão da END foi publicada em 2008, segundo Borelli. Em tempo recente, havia poucos documentos oficiais a tratar do tema. Eram restritos à esfera política, como a Política de Defesa Nacional, de 1996, reestruturada posteriormente como Política Nacional de Defesa (PND) em 2005.

A END recomenda a necessidade da indústria nacional e dos recursos humanos, que deverão ser qualificados em ciência e tecnologia, serem subsidiados pelo Estado brasileiro. De forma semelhante, aponta para a

urgência de critérios a serem definidos para uma política alinhada de comércio internacional, ou seja, compras centralizadas e integração tecnológica entre Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Área Brasileira. A razão seria o potencial uso dual das tecnologias, ou seja, tanto para fins militares como civis, em sintonia com a ideia de “transbordamento tecnológico”. Mas Borelli chama a atenção para a carência de detalhes em relação aos processos descritos e às questões orçamentárias.

De forma geral, a END representa não apenas uma proposta de política para o setor militar, mas uma articulação entre política de defesa e política econômica, em especial aquela voltada para o desenvolvimento. Mas, para Alcides Costa Vaz, há uma falta de continuidade entre a primeira versão, de 2008, e suas subseqüentes atualizações, o que acaba por implicar em fragilidades (Vaz in Saint-Pierre e Vitelli 2018, 69-77).

Por um lado, o documento destacaria o princípio da independência, “efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos, para o investimento no potencial produtivo do país”. Seguindo a mesma lógica, dependente é “quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa, como para o desenvolvimento”. Esse princípio se manteve na versão de 2012. Por outro lado, a edição de 2016 teria diminuído sensivelmente o foco autonomista, restringindo-a ao objetivo de estimular a autonomia produtiva e tecnológica da área de defesa. Visando esse fim, propõe o fortalecimento da área de ciência e tecnologia de defesa e que a cadeia produtiva da base industrial de defesa deva ser sustentável.

Borelli defende que a END foi um avanço no diagnóstico e na definição de desígnios para a área de defesa em aliança com os diversos setores produtivos da sociedade. No entanto, ela reconhece a existência de questionamentos quanto às possibilidades de sua implantação tendo em vista os inúmeros entraves, como, por exemplo, a envergadura dos investimentos e a disposição a realizá-los do Estado brasileiro.

Defesa e Desenvolvimento: Aspectos Teóricos

Com o intuito de nortear o entendimento da relação entre defesa e desenvolvimento, abordei nessa seção um conjunto de teorias, partindo inicialmente das reflexões mais amplas da Economia Política Internacional e, em seguida, analisando ideias focalizadas pelos estudos sobre economia de defesa.

Susan Strange foi uma dos principais intelectuais no século XX em língua inglesa. Considerada uma das fundadoras do estudo da Economia Política Internacional, em seu livro *States and markets*, Strange articula

cultura, ciência política e economia ao conceituar que o “poder estrutural” de um Estado no interior do sistema interestatal depende de quatro fontes fundamentais: o controle sobre a segurança; o controle sobre a produção; o controle sobre o crédito; e, por fim, o controle sobre conhecimento, crenças e ideias. Nesse sentido, ela propõe uma concepção de história em que política e economia estão visceralmente entrelaçadas (Strange 1994, 25-26).

Esse olhar sobre a história vai ao encontro da Economia Política Internacional, um campo do saber que se desenvolve no século XX e que interpreta as relações internacionais a partir de interações intrincadas entre política e economia, refletindo sobre o poder e a riqueza no sistema político e econômico internacional (Jackson 2018, 229-230).

Robert Gilpin propõe que as guerras são uma marca indelével dos conflitos e lutas pelo poder no âmbito internacional. Gilpin entende que, com o intuito de garantir uma hegemonia perene no sistema interestatal, diversos países centrais mobilizaram investimentos pesados em defesa. Segundo essa compreensão, o acúmulo de poder político, econômico e militar é crucial para atingir e consolidar uma posição hegemônica (Gilpin 1987).

Ainda na percepção dos estudos em Economia Política Internacional, José Luís Fiori afirma que, no processo de nascimento dos Estados modernos, a partir do século XVI, o “jogo das guerras” e seu financiamento estiveram na raiz da imbricação entre poder e riqueza e sua concentração (Fiori 2004).

Segundo a economista Ariela Diniz Cordeiro Leske, do ponto de vista dos estudos de economia de defesa, entendida como um conjunto de reflexões racionais e sistemáticas sobre os aspectos e as implicações econômicas relacionadas à área de defesa, deve-se ressaltar duas macro-vertentes (Leske in Saint-Pierre e Vitelli 2018b, 315-325).

Grosso modo, a primeira compreende que os gastos militares e os investimentos em defesa estimulam o crescimento da economia devido a um efeito multiplicador positivo, o que seria caracterizado como um “keynesianismo militar”. Para essa vertente, defendida pelos economistas E. Macnair, James C. Murdoch e Todd Sandler (1995), J. Paul Dunne e Eftychia Nikolaidou (2001) e Carlos Martí Sempere (2015), os efeitos colaterais das decisões de gastos militares e de investimentos de defesa, ou seja, suas externalidades são de natureza positiva. Elas estão frequentemente atreladas aos seguintes fatores: formação de recursos humanos, capacitação industrial, transbordamentos tecnológicos para outros setores da economia e segurança. Pelo efeito multiplicador sobre a demanda agregada, esses fatores estimulariam o crescimento da economia de forma ampla. Tal dinâmica seria particularmente importante em situações de alto nível de desemprego, uma vez que uma elevação da demanda agregada tenderia a provocar aumentos da

produção e do emprego.

A segunda macro-vertente entende que, a depender da conjuntura, causas e efeitos não seguem obrigatoriamente essa ordem ou geram resultados positivos. Para os economistas Christos Kollias e George Manolas (2004), seria o crescimento econômico a estimular o aumento dos gastos militares e dos investimentos em defesa e não o contrário. Essa elevação seria explicada por uma maior demanda da população por segurança e viabilizada pelo aumento da renda nacional. Adicionalmente, segundo o cientista político Uk Heo (2010), haveria também a possibilidade de um *trade-off*, ou seja, em um contexto de restrição orçamentária, a elevação dos gastos em uma área acarretaria em redução em outras. Assim, despesas direcionadas à produção, saúde e educação, entre outras, tenderiam a rivalizar com os gastos militares e os investimentos em defesa.

Para os defensores do “keynesianismo militar”, a demanda militar é considerada uma fonte de inovação relevante. Segundo essa lógica, os gastos militares tendem a fortalecer a capacidade de inovação das empresas. Essa atuação pode ocorrer diretamente, por meio dos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) ou de forma indireta, pelas premissas dos militares às empresas.

A partir da II Guerra Mundial, até meados dos anos 1970, houve um processo intenso em diversos países, como os Estados Unidos, de inovação em defesa com efeitos expressivos no restante da economia. Projetos tecnológicos sensíveis, como microeletrônica, aeronáutica, energia nuclear, informática, entre outros, envolveram várias empresas privadas, laboratórios e centros de pesquisa militares, universidades e profissionais altamente qualificados, com financiamento subsidiado a fundo perdido, orientados de acordo com as demandas das Forças Armadas. Esses projetos impactaram na criação de novos paradigmas tecnológicos. Apesar dos objetivos militares preliminares, o desdobramento de sua utilização no ambiente civil foi marcante. Tal processo gerou o conceito de “transbordamento tecnológico”. Contudo, Leske aponta que, a partir de meados dos anos 1960, os principais incrementos tecnológicos, como a internet, os semicondutores e diferentes tecnologias da informação e de comunicação, foram desenvolvidos no âmbito civil, conquistando assim a proeminência tecnológica. Portanto, o sentido do “transbordamento tecnológico” teria se invertido, com a vanguarda oriunda da indústria civil passando a aprimorar o setor de defesa (Leske in Saint-Pierre e Vitelli 2018a, 85-101).

Para Alcides Costa Vaz, o conceito de “autonomia estratégica” (Vaz in Saint-Pierre e Vitelli 2018, 69-77) apresenta diferentes leituras, ainda que guardem proximidades. Como um orientador da política externa de um país,

o conceito se refere a sua posição no sistema internacional e sua capacidade de se portar de forma independente em relação aos assuntos ligados aos seus interesses estratégicos essenciais. Nesse sentido, diz respeito à liberdade de um Estado em planejar, implantar, decidir e agir no sistema internacional, expressando sua independência em relação a outros Estados e demais atores internacionais.

Em função da importância dos interesses e objetivos a serem buscados no ambiente internacional e cuja obtenção é considerada como fundamental para a perseguição e alcance de outros interesses e objetivos, a aptidão e a competência de um Estado para determinar e executar políticas, em particular no âmbito externo, e que contam com o suporte da estrutura de defesa e segurança, adquirem um significado estratégico primordial. Ainda, a autonomia e seu componente estratégico apresentam um caráter relacional, uma vez que se vinculam à capacidade estatal de pactuar, divergir, dissuadir, de se retirar e de confrontar outros Estados e atores externos a fim de garantir a promoção de seus interesses e objetivos.

Conceitualmente, a “autonomia estratégica” pode atuar como um norteador para uma política de defesa e de segurança, mas não obrigatoriamente. Ainda que certos países tenham recursos de poder suficientes e que possam ser convertidos de maneira a almejar, materializar e manter uma condição de “autonomia estratégica”, tais países podem não aludir de maneira explícita a essa condição ou ter a disposição em promovê-la. Por exemplo, podem decidir por privilegiar sua política e atuação exteriores com base no multilateralismo e em iniciativas coletivas ou comunitárias de segurança e defesa.

Independentemente da atuação, Vaz aponta três aspectos importantes da “autonomia estratégica” que devem ser ressaltados. O primeiro diz respeito à esfera política, relacionada à liberdade e à capacidade de garantir a soberania nacional, decidir e agir no âmbito externo em proveito da defesa e segurança do Estado. O segundo se refere à esfera econômica, em particular à base industrial e tecnológica, relacionada às várias habilidades, competências e conhecimentos, voltados para o desenvolvimento nacional dos meios indispensáveis à defesa e à segurança, partindo da premissa essencial de promoção de uma indústria de defesa moderna e competitiva. Por último, a esfera operacional, ou seja, a capacidade do Estado de projetar, gerenciar e empregar os recursos, do ponto de vista material e tecnológico, de forma eficaz, em prol de seus interesses e objetivos, incluindo a força militar quando necessário.

Cabe observar que Vaz menciona Hélio Jaguaribe e seu texto, *Autonomia periférica e hegemonia cêntrica*, destacando o diagnóstico e a prescrição realizada pelo cientista político quanto à inserção brasileira no contexto da Guerra

Fria. Segundo Vaz, uma vez reconhecido o caráter assimétrico da hegemonia mundial, o Estado brasileiro deveria buscar uma ampliação de sua autonomia de forma paulatina por meio de um crescimento de seus recursos de poder e de uma atuação participativa nos fóruns multilaterais nos quais os temas internacionais mais importantes eram pautados.

Ao reconhecer a articulação complexa entre política, economia e defesa no sistema mundial, assim como no interior dos Estados, as abordagens teóricas aqui brevemente descritas, em especial as relacionadas ao “transbordamento tecnológico” e suas implicações virtuosas na defesa e no desenvolvimento nacional, seja na busca de autonomia industrial, seja na constituição de conhecimento e pensamento autóctones, contribuem na interpretação das ideias e propostas de Jaguaribe, assim como na compreensão de semelhanças e diferenças do trabalho de Jaguaribe com a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Considerações Finais

Entre os novos objetos, problemas e abordagens da História, cuja reflexão se iniciou nos anos 1970, os estudos envolvendo o desenvolvimento econômico, defesa nacional e as relações internacionais, assim como suas imbricações, podem ser considerados entre os mais relevantes. Um cuidado especial do trabalho desenvolvido no presente artigo foi conciliar meu objeto de pesquisa principal na atualidade, a trajetória intelectual do cientista político Hélio Jaguaribe, com os estudos citados, assim como seus instrumentos teóricos e metodológicos. O objeto escolhido examinado foi parte da produção intelectual de Jaguaribe no início dos anos 1980 e os potenciais diálogos com as principais políticas públicas aprovadas no país na área de defesa nacional. Com base nas análises feitas, é possível concluir que, ao final, o objetivo dessa empreitada foi alcançado.

Jaguaribe é indubitavelmente um dos grandes “intérpretes” do Brasil. Passados quase setenta anos desde que suas primeiras ideias e teorias foram formuladas, em sintonia ou em divergência com outros intelectuais de igual importância e que, com ele, compartilharam das aspirações do desenvolvimento brasileiro dentro dos moldes capitalistas, é possível afirmar que seus ideais estão longe de terem sido concretizados. Porém, esses ideais continuam vivos e os problemas do desenvolvimento e da defesa permanecem como temas centrais no debate público nacional na atualidade.

Nesse sentido, a iniciativa de ampliação e difusão de pesquisas na área de Defesa e a constituição de um acervo voltado à consulta pública pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, que se desdobram em

estudos envolvendo personagens relevantes da história das ideias e da história intelectual nacional, se revelam de importância indiscutível para o esforço de compreensão e de procura de potenciais alternativas e propostas para o desenvolvimento, a defesa e as relações internacionais do Brasil.

REFERÊNCIAS

- Abreu, Alzira Alves de. 2010. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”. In: Abreu, Alzira Alves de., *et al.* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC. Access on Dec. 30, 2020. <http://cpdoc.fgv.br/>.
- Borelli, Patrícia Capelini. 2018. “Estratégia Nacional de Defesa”. In: Saint-Pierre, Héctor Luis; Vitelli, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, p. 377-386.
- Brasil. 2005. “Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005”. *Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências*. Access on Oct. 22, 2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm.
- Brasil. 2007. “Decreto de 6 de setembro de 2007”. Institui o Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa. *Presidência da República*. Brasília. Access on Oct. 18, 2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11341.htm.
- Brasil. 2008a. “Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008”. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. *Presidência da República*. Brasília. Access on Oct. 22, 2019. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.html.
- Brasil. 2008b. “Decisión para el Establecimiento del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR”. *Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, 2008b. Accessed on Jul. 11, 2020. http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DEC.2008.CDS.pdf.
- Brasil. 2012a. “Estratégia Nacional de Defesa”. *Ministério da Defesa*. Brasília, DF: MD. Access on Oct. 18, 2019. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>.
- Brasil. 2012b. “Livro Branco de Defesa Nacional”. *Ministério da Defesa*. Brasília, DF: MS. Access on Oct. 18, 2019. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>.
- Brasil. 2012c. “Política Nacional de Defesa”. *Ministério da Defesa*. Brasília, DF: MS. Access on Oct. 18, 2019. <http://www.defesa.gov.br/>

arquivos/2012/mes07/pnd.pdf.

Brasil. 2014. “O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU”. *Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, 2014. Access on Jul. 11, 2020. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>.

Brasil. 2016. “Regimento interno do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares – Stricto Sensu”. *Escola de Comando e Estado Maior do Exército*. Rio de Janeiro. Access on Jul. 11, 2020. <http://www.eceme.eb.mil.br/pt/instituto-meira-mattos-imm>.

Brasil. 2028c. “História do curso de DGEI”. *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Access on Jul. 11, 2020. <http://irid.ufrj.br/index.php/graduacao/defesa-e-gestao-estrategica-internacional/historia-dgei>.

Câmara dos Deputados do Brasil. 2020. *Hélio Jaguaribe – Cientista Político*. Brasília, 2020. Access on Dec. 20, 2020. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/helio-jaguaribe/texto>.

Corrêa, Glauco Corbari. 2014. “A Política de Defesa do Brasil no Século XXI”. *Coleção Meira Mattos Revista das Ciências Militares*, v. 8, n. 31, p. 29-38, jan./abr. 2014.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. 2019. *Hélio Jaguaribe de Matos*. Access on Oct. 31, 2019. <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-jaguaribe-de-matos>.

Dunne, J. P.; Nikolaidou, E. 2001. “Military spending and economic growth: a demand and supply model for Greece, 1960-1996”. *Defense and peace economics special issue*, v. 12, n. 1, 2001.

Fiori, José Luís. 2004. “Formação, expansão e limites do poder global”. In: Fiori, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 11-64.

Fiori, José Luís. 2008. “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”. In: Fiori, José Luís; Medeiros, Carlos; Serrano, Franklin (org.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Ed. Record, p. 11-70.

Gilpin, Robert. 1987. *The political economy of the international relations*. Princeton: Princeton University Press.

Heo, U. 2010. “The relationship between defense spending and economic growth in the United States”. *Political Research Quarterly*, v. 63, n. 4,

2010.

- Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles; Franco, Francisco Manoel de Mello. 2004. "Autonomia". In: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jackson, Robert. 2018. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Jaguaribe, Hélio. 1985. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, Instituto de Estudos Políticos e Sociais.
- Jaguaribe, Hélio. 1986. *O novo cenário internacional: conjunto de estudos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Jaguaribe, Hélio. 2004. "Defesa nacional: desafios e possíveis respostas do Brasil". In: Pinto, J. R. de A.; Rocha, A. J. R. da; Silva, R. D. P. da (org.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Série Pensamento Brasileiro sobre Segurança e Defesa*. v. 1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação. Access on Oct. 31, 2019. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf>.
- Jaguaribe, Hélio. 2005. *Urgências e perspectivas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Kollias, C.; Manolas, G.; Paleologou, S-M. 2004. "Defense expenditure and economic growth in the European Union: a causality analysis". *Journal of Policy Modeling*, v. 26, n. 5, 2004.
- Leske, Ariela Diniz Cordeiro. 2018a. "Base industrial de defesa". In: Saint-Pierre, Héctor Luis; Vitelli, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, p. 85-101.
- Leske, Ariela Diniz Cordeiro. 2018b. "Economia de defesa". In: Saint-Pierre, Héctor Luis; Vitelli, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, p. 315-325.
- Macnair, E.; Murdoch, C.; Sandler, T. 1995. "Growth and defense: pooled estimates for the NATO Alliance 1951-1988". *Southern Economic Journal*, v. 6, n. 1, 1995.
- Mora, J. Ferrater. 2001. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola.
- Paiva, Márcia; Sousa e Silva, Cláudio Araújo de. 2019. "Hélio Jaguaribe". In: Abreu, Alzira Alves de et all (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Access on Oct. 31, 2019. <http://cpdoc.fgv.br/>.

Defesa Nacional e Desenvolvimento: Diálogos entre o Significado de “Autonomia” em Hélio Jaguaribe e a Estratégia Nacional de Defesa

Saint-Pierre, Héctor Luis; Vitelli, Marina Gisela (org.). 2018. *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado

Sempere, C. M. 2015. “Survey of performance issues in defense innovation”. *Defense and peace economics*, v. 28, n. 3, 2015.

Strange, Susan. 1994. *States and markets*. 2a ed. Londres: Pinter Press.

Vaz, Alcides Costa. 2018. “Autonomia estratégica”. In: Saint-Pierre, Héctor Luis; Vitelli, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, p. 69-77.

RESUMO

Em seus estudos sobre o desenvolvimento, as relações internacionais e os assuntos de defesa nacional, o cientista político Hélio Jaguaribe refletiu sobre a “autonomia” do Brasil uma vez que o país está inserido no sistema interestatal capitalista. Aprovada primeiramente em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa foi criada com o objetivo de promover uma modernização da estrutura de defesa brasileira. Esse artigo buscou interpretar os significados de “autonomia” presentes no pensamento estratégico de Hélio Jaguaribe, além de propor potenciais diálogos entre as formulações do cientista político e as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa em suas diferentes versões.

PALAVRAS-CHAVE

Defesa; Desenvolvimento; Hélio Jaguaribe.

Recebido em 26 de fevereiro de 2021

Aceito em 12 de março de 2021